



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Heteropatriarcado](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Capitalismo](#)

O Brasil que renasce da memória de dias tristes: do *impeachment* à “vaza-jato”

Alice Comenta

No momento em que escrevo este texto, recebo notícia da reportagem publicada pelo The Intercept Brasil. Entre outras coisas, ali se revelam importantes detalhes sobre a atuação de um juiz federal no caso que(...)

Por Bruno Sena Martins



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#)

Diálogos entre a Educação Popular e as Epistemologias do Sul

Elmo de Souza Lima

A constituição da América Latina foi marcada pelas lutas e resistências dos diferentes povos originários em contraposição ao processo de expropriação das riquezas naturais e econômicas e da exploração da(...)

Por Elmo de Souza Lima



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#)

Saberes interligados

Marcos Antonio Batista da Silva

Ao longo das últimas semanas tenho acompanhado alguns debates na sociedade contemporânea no Peru, por conta de um projeto de investigação que integro: POLITICS. Entre outros temas em debate na sociedade peruana,(...)

Por Marcos Silva



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Moçambique: les riches misérables (?)

Alice Comenta

O actual modelo de desenvolvimento global tem vindo a impor ao continente africano a extracção intensiva e a expropriação violenta de todo o tipo de recursos: minerais, de pesca, madeiras, energéticos, trabalho,(...)

Por Teresa Cunha



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Migrating Rights com Luciana Carmo

Migrating Rights

Este conteúdo faz parte da série "Direitos Migratórios" para assinalar o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estas contribuições são elaboradas pelo Grupo Inter-Temático sobre(...)

Por Joana Sousa Ribeiro, Luciana Carmo



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Algumas notas sobre a resistência da educação no Brasil

Erick Morris

Por Erick Morris

SUGESTÕES

SUGGESTIONS

Facebook Twitter YouTube RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).

O Brasil que renasce da memória de dias tristes: do *impeachment* à “vaza-jato”

AN Original - Alice Comenta

2019-06-11

Por Bruno Sena Martins

No momento em que escrevo este texto, recebo notícia da reportagem publicada pelo [The Intercept Brasil](#). Entre outras coisas, ali se revelam importantes detalhes sobre a atuação de um juiz federal no caso que levaria à prisão de Lula e ao seu afastamento das eleições para Presidência de República.



Para quem tivesse dúvidas, começam a cair no domínio público os contornos das complexas e sucessivas conjurações que, após à destituição de Dilma Rousseff, abriram caminho ao quadro político que hoje vigora. Perceber os caminhos da democracia brasileira, desde a sociedade escravocrata legada pelo colonialismo português, mantida por longo tempo após a

independência, e transmutada em desigualdade social e racial, não é certamente para os/as amadores/as que ainda somos.

Na verdade, falemos de antigas metrópoles ou de antigas colónias, só podemos tentar entender como as conquistas democráticas podem ser revertidas e hipotecadas se atentarmos às densas relações entre poder económico, poder jurídico-político e privilégio histórico. Note-se que escrevo de Portugal, onde, por exemplo, o reconhecimento da centralidade das lutas antiracistas só recentemente ganha, enfim, merecida visibilidade. Ainda assim, para quem queira entender alguns dos elementos da operação lava jato à luz de uma história de séculos de hierarquia e desigualdade, permito-me a recomendar a excelente síntese que nos é ofertada por Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling no livro *Brasil: uma biografia*.

Nesta crónica não recuo tão longe como o livro acima citado, cuja narrativa se inicia 1498. Viajo, sim, até um passado bem recente. No dia 17 de Abril de 2016, enquanto esperava um avião no aeroporto de Montes Claros (no norte de Minas Gerais), assisti estarecido ao início da votação na câmara dos deputados cujo resultado levaria a abertura do processo de destituição de Dilma Rousseff. Digo estarecido porque a contagem dos votos indiciava já que o inacreditável o golpe parlamentar seguiria o seu curso; mas igualmente porque as declarações de voto expuseram um parlamento que, longe de representar a pujante diversidade da sociedade brasileira, aparecia como a figuração caricatural de um mundo branco, homofóbico, machista e capitalista - aparentemente em pleno culto de Domingo.

No dia 18 de abril, na ressaca da votação que legitimou o golpe parlamentar, regresssei a Portugal. Viajei, confesso, profundamente, abalado. Existe uma tradição de “peregrinos de revoluções”, aqueles que ouvindo notícias do fim de uma ditadura ou de uma invernia político-social, logo se aprestam a fazer as malas para assistir *in loco* ao dealbar do novo tempo trazido pela promessa de democracia, liberdade e justiça social. Nesse sentido, a minha viagem ao Brasil teria feito de mim, talvez, um “peregrino de mau agoiro”, alguém que teve o duvidoso privilégio de testemunhar em primeira mão os eventos que marcaram uma desesperança política num país que tão radicalmente dependeria dela. A verdade é que na minha bagagem, junto com a pimenta mineira, trazia uma clandestina esperança. A razão dessa esperança era prosaica: em sentido contrário ao que pude ver representado na Câmara dos Deputados, passei muito tempo com um Brasil que luta e se afirma contra-hegemónico no reconhecimento e reinvenção de horizontes de dignidade. Falo de um Brasil inventivo, poético e insurgente que alia o reconhecimento de extremas desigualdades históricas a força de movimentos sociais urbanos (negros, feministas, LGBT+, sem teto, etc.), vozes vindas das comunidades quilombolas, dos povos indígenas e, cabe salientar, de espaços educativos crescentemente abertos ao vasto mundo que se opõe a uma educação elitista e eurocêntrica.

Regressei do Brasil há poucos dias, e embora a força da resistência por ali persista, três anos depois, seja nas lutas quotidianas de quem persevera, seja em momentos como 15 M, seria cândido não reconhecer que estamos perante um cenário profundamente desmoralizador. Mas por muito que a força de uma agenda conservadora se mostre bem articulada com a força de televisões, púlpitos, cortes na educação, interesses imperiais, com a impunidade extrativista das Marianas e dos Brumadinhos, no Brasil como noutros lugares, é da memória dos dias tristes que nascerão as sementes de vindouros levantes pela democracia. A reportagem do [The Intercept Brasil](#) traz óbvio desalento a quem gostaria de acreditar no Estado de Direito, mas não tenho dúvidas que deve ser ciosamente lembrada por quem acredita na democracia como justiça histórica.



Bruno Sena Martins é Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É Co-coordenador do Programa de Doutoramento Human Rights in Contemporary Societies e Co-coordenador no Programa de extensão académica "O Ces vai à Escola". É docente no Programa de Doutoramento "Pós-colonialismos e cidadania global". Entre 2016 e 2019 desempenhou no CES as funções de Vice-presidente Conselho Científico do CES/UC e entre 2013 e 2016 foi Co-coordenador do Núcleo "Democracia, Cidadania e Direito" (DECIDe) do CES/UC. É Licenciado em antropologia e doutorado em sociologia. Os seus temas de interesse preferenciais são o corpo, a deficiência, os direitos humanos e o colonialismo. No âmbito da sua pesquisa realizou trabalho de campo em Portugal, na Índia e em Moçambique, mantendo ainda estreitas ligações com a academia Brasileira. Realizou dois filmes documentais de divulgação científica. Em 2006, foi galardoado com Prémio do Centro de Estudos Sociais para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa. Em 2007, esteve como Research Fellow no Centre for Disability Studies (CDS), na School of Sociology and Social Policy da Universidade de Leeds.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
**UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sôfia
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Diálogos entre a Educação Popular e as Epistemologias do Sul

AN Original

2019-06-04

Por Elmo de Souza Lima

A constituição da América Latina foi marcada pelas lutas e resistências dos diferentes povos originários em contraposição ao processo de expropriação das riquezas naturais e econômicas e da exploração da força de trabalho, instituído pelos colonizadores europeus e incorporado às práticas de dominação das elites locais.



Nesse cenário de opressão e violência, os povos latino-americanos buscaram desenvolver diferentes estratégias políticas e organizativas para enfrentar as atrocidades implícitas nas práticas de dominação política, econômica, cultural e epistêmica impostas pelo processo de colonização portuguesa e espanhola.

Os esforços empreendidos pelos oprimidos da América Latina, para contrapor-se ao projeto de dominação europeia e norte-americana, foram reforçados através da articulação e do fortalecimento das organizações sociais constituídas a partir das lutas sociais. Por meio da organização política, os movimentos sociais investiram em projetos educativos que desenvolvessem a consciência crítica dos trabalhadores, possibilitando a compreensão mais elaborada do contexto sócio-histórico, político e cultural em que estavam inseridos, marcados pela dominação, exclusão e opressão.

Dos movimentos sociais surgiram as experiências de educação popular, ainda na década de 1960, fundamentados nos referenciais políticos e pedagógicos da teologia da libertação e da pedagogia freireana, assim como, nos ideais marxistas, associados à problematização e ao desvelamento da realidade.

Para Freire (1987), a educação popular traz como essência a dimensão política- libertadora capaz de desenvolver nos sujeitos a capacidade de problematizar, de ampliar a compreensão do contexto em que estão inseridos e de transformação de si e do mundo, pois tomam consciência do seu papel político no processo de transformação da sociedade.

Constitui-se num projeto de educação que, ao oportunizar o encontro dos sujeitos para dialogar sobre o mundo, promove também um reencontro deles com o mundo, mediado por uma dinâmica pedagógica de releitura e reinterpretação desse contexto, desdobrando-se numa ação política de questionamento das condições de desumanização e da construção de práticas sociais associadas à luta pela libertação.

As práticas educativas instituídas a partir das contribuições da pedagogia freireana parte de uma relação dialógica e dialética com o contexto sócio-histórico e cultural dos oprimidos, constituindo numa educação tecida no e pelo diálogo sobre as experiências dos sujeitos sociais, seus saberes e concepções de vida, buscando compreender seus modos de pensar sobre o mundo.

As reflexões construídas acerca dos pressupostos teóricos e epistemológicos que fundamentam as experiências de Educação Popular demonstram que as alternativas pedagógicas construídas pelos movimentos sociais, em diálogo com os pesquisadores acadêmicos, trouxeram importantes contribuições teóricas e metodológicas que se contraponham à pedagogia clássica, assumindo o desafio de forjar projetos educativos comprometidos com a emancipação e a transformação social.

Os percursos teóricos trilhados pelos movimentos sociais na construção de diferentes projetos educativos, associados ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas que reconheçam os saberes e as práticas sociais dos excluídos e o protagonismo dos sujeitos na produção de conhecimento, trazem um conjunto de princípios políticos e pedagógicos que se aproximam das discussões desenvolvidas por Santos (2009), através das Epistemologias do Sul e das Ecologias dos Saberes, na medida em que dialoga com as experiências sociais da população excluída e marginalizada no mundo.

De acordo com Santos (2006), as experiências sociais e políticas dos diferentes grupos sociais, que atuam nas periferias do mundo, trazem uma gama de conhecimentos associados à construção de outro modelo de sociabilidade, pautado na justiça, na solidariedade e na sustentabilidade. Desse modo, são as experiências que trazem contribuições significativas para se repensar as lutas políticas e as estratégias de emancipação social por meio da construção de projetos como alternativas ao capitalismo global.

Para Santos (2009), o processo de colonização empreendido nas regiões periféricas do mundo foi construído a partir de dispositivos de dominação política, econômica e cultural baseado na imposição de paradigmas epistêmicos pautado na negação/regulação dos modos de pensar, de se conceber o mundo, as relações sociais e culturais.

A partir dessa prática de negação e invisibilização, tanto dos conhecimentos quanto das práticas culturais dos grupos colonizados, tornou-se possível consolidar uma estratégia de dominação marcada pela imposição de valores, crenças e costumes tidos como “modernos” e “civilizados”. Tal controle ideológico foi implementando a partir da negação do “outro” e da exaltação da supremacia da cultura e do conhecimento eurocêntrico, tido como verdade e modelo a ser seguido pelos demais povos colonizados, considerados como inferiores e atrasados.

Nesse cenário, é fundamental forjar alternativas de produção do conhecimento que possam articular-se com as diferentes matrizes culturais e epistêmicas desenvolvidas pelos diferentes grupos sociais atuantes nas zonas periféricas do mundo. Percebe-se, nesse contexto, a preocupação de se dedicar à construção de outro modelo de ciência que seja capaz de articular-se com as experiências sociais construídas historicamente pelos grupos sociais marginalizados pelo pensamento científico hegemônico.

Diante dessa discussão, Santos (2009) defende a construção de outras estratégias de produção do conhecimento que prime pelo diálogo e pela integração entre os diferentes tipos de conhecimentos (científicos e não científicos), buscando evidenciar e valorizar a diversidade epistemológica que permeia as práticas sociais e políticas dos grupos sociais. Em razão disso, o autor propõe a constituição de outro paradigma de produção do conhecimento instituído a partir das “Epistemologias do Sul”.

As Epistemologias do Sul propõem a superação do paradigma científico moderno que promove a invisibilização da diversidade de experiências e conhecimentos construídos pelos diferentes grupos sociais no “sul global”, buscando instituir uma pedagogia capaz de estabelecer um diálogo intercultural entre diferentes práticas sociais com o intuito de forjar um paradigma de vida, pautado na justiça, solidariedade e respeito à diversidade (SANTOS, 2009).

A construção de outras pedagogias comprometidas com a emancipação social está associada à elaboração de projetos educativos que, subvertendo a tradição pedagógica e científica de regulação e negação dos saberes e das práticas sociais dos excluídos, possam instituir modelos pedagógicos insurgentes e que transformem as experiências dos movimentos em instrumentos políticos capazes de forjar diferentes perspectivas de interpretação e atuação no/com o mundo.

Compreendemos que as contribuições de Santos (2009) e Freire (1987) apontam novas perspectivas teóricas e metodológicas para se pensar em projetos educativos que se constituam enquanto espaço de desvelamento do mundo, através da implementação de projetos que favoreçam as trocas de experiências e a produção de conhecimentos voltados ao reconhecimento dos saberes historicamente construídos pelos grupos sociais excluídos, através das contribuições teóricas e epistemológicas da “ecologia de saberes”.

Os coletivos envolvidos na construção dos projetos de Educação Popular, inspirados nos pressupostos teóricos da pedagogia freireana (FREIRE, 1987), assumem o compromisso de forjar outras estratégias pedagógicas adequadas para se estabelecer os diálogos entre o conhecimento popular e o científico, dentro de um contexto de reciprocidade e complementaridade, reconhecendo o caráter de incompletude e de interdependência dos conhecimentos.

As experiências de educação popular, construídas em diálogo com os movimentos sociais, atuam na perspectiva de traçar caminhos teóricos e metodológicos que promovam uma ruptura com os parâmetros políticos e pedagógicos da pedagogia clássica, articulando-se com os princípios teóricos propostos pelas Epistemologias do Sul.

Nesse sentido, as experiências oportunizam aos/as educadores/as e educados/as diferentes espaços e tempos de formação e produção do conhecimento, permeados pelas trocas de experiências, os diálogos coletivos e as problematizações das práticas sociais, estabelecendo articulações entre os saberes dos diferentes grupos sociais com os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, na tentativa de forjar práticas de transformação social.

Referências

- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SANTOS, B. de S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.



Elmo de Souza Lima é Doutor em Educação (UFPI), com pós-doutorado em Ciências Sociais (CES-UC). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e coordenador adjunto do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Saberes interligados

AN Original

2019-06-03

Por Marcos Silva

Ao longo das últimas semanas tenho acompanhado alguns debates na sociedade contemporânea no Peru, por conta de um projeto de investigação que integro: *POLITICS*. Entre outros temas em debate na sociedade peruana, citamos como exemplo, as mudanças que estão ocorrendo no contexto da educação, isto é, no mês de abril de 2019, ocorreram mudanças para a educação com igualdade de gênero no Peru.



O governo do país publicou o Decreto Supremo N° 008-2019, que aprova a Política Nacional de Igualdade de Gênero, e que pode ser verificada na [plataforma digital do Governo peruano](#). Vale mencionar que a Suprema Corte do Peru declarou, em última instância, que uma ação popular movida por grupos conservadores, contra a abordagem de gênero no currículo nacional de educação básica, é infundada em todos os seus extremos, como observamos na [plataforma digital do Poder Judicial do Peru](#). Desde a aprovação do Currículo Nacional para a Educação Básica em 2016, o Ministério da Educação do Peru vinha sendo questionado por grupos que exigiam a retirada do currículo e o fim de sua implementação.

Outro tema em destaque refere-se ao Censo Nacional do Peru. O Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI), apresentou os resultados finais dos *Censos Nacionales 2017: XII de Población, VII de Vivienda y III de Comunidades Indígenas*, realizado em 2017. O Peru realizou um Censo Nacional que tem em sua coleta de informações, perguntas mais específicas relacionadas com a etnia. Por exemplo, foi perguntado considerando costumes e antepassados se a população se definia como sendo: *Quechua. 2) Aimara. 3) Nativo o indígena de la amazonía. (Especifique). 4) Perteneciente o parte de otro pueblo indígena u originario (Especifique). 5) Negro, moreno, zambo, mulato / pueblo afroperuano o afrodescendiente. 6) Blanco. 7) Mestizo. 8) Otro (Especifique).*

De los 23 millones 196 mil 391 habitantes de 12 y más años de edad, el 60,2% (13 millones 965 mil 254 personas) informaron autoperibirse Mestizo, el 22,3% (5 millones 176 mil 809) de origen Quechua; el 5,9% (1 millón 366 mil 931) se sienten de origen Blanco; el 3,6% (828 mil 841) Afrodescendiente y el 2,4% (548 mil 292) de origen Aimara. El Censo registró a 79 mil 266 personas que se consideran nativo o de la Amazonía; 55 mil 489 personas que se autoidentifican como Ashaninka; 37 mil 690 personas de origen Awajún; 25 mil 222 como Shipibo Konibo y 49 mil 838 personas como parte de otro Pueblo Indígena u Originario (INEI, 2018 p.214).

Todavía, de um lado, o modelo adotado pelo INEI de inclusão de pergunta sobre dados étnicos, motivou críticas. De outro, após a divulgação dos dados, vários debates e estudos estão sendo gerados, por setores do país, visando refletir e debater a importância da autoidentificação étnica nos Censos. Entendemos que isoladamente, as informações colhidas, por certo, no Censo, não favorecerem o combate às desigualdades sociais e raciais, mas, se associadas a outros dados, podem se configurar em informações importantes para novos estudos sobre as relações étnico-raciais e implementação de políticas públicas visando equidade.

Por fim menciono o *Congreso - Homenaje Internacional Aníbal Quijano y la descolonialidad del poder hoy - El compromiso como un legado*, realizado entre 3 e 9 de maio de 2019, na cidade Lima - Peru, organizado por la *Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos y la Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, de la Universidad Ricardo Palma*. O Congresso teve várias mesas de trabalhos e contou com a presença de alguns dos intérpretes, amigos e interlocutores mais prolíficos de Aníbal Quijano: Walter Mignolo, Rita Segato, Ángel Quintero, José Bengoa, Catherine Walsh, César Germaná, Edgardo Lander, Narda Henríquez, Agustín Lao-Montes, Julio Mejía, Carolina Ortiz, Danilo Assis Climaco, entre outros grandes nomes do pensamento do continente Latino-americano.

Neste Congresso, apresentei uma comunicação intitulada “Saberes interligados por uma educação antirracista”, ancorada em aportes teóricos de autores/as contemporâneos, em especial, Aníbal Quijano (2005), [Boaventura de Sousa Santos](#) (2004), Nilma Gomes (2012-2017). [Gomes](#) apresenta como tese o papel do Movimento Negro brasileiro como educador e como tal,

produtor de saberes emancipatórios, e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Entendemos que esse saber é capaz de subverter a teoria educacional, contruir a pedagogia das ausências e das emergências, repensando a escola, a universidade e descolonizando os currículos.

Enfatizamos que o pensamento de Aníbal Quijano inspirou inúmeros trabalhos intelectuais, abrindo e transformando linhas de pesquisa na América Latina e no mundo, nos mais diversos campos das Ciências Humanas. “A discussão sobre a raça no Brasil e nos mais variados contextos não se faz no isolamento. Antes, ela se articula às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas” (Gomes, 2012, p.729). Compreendendo a construção da ideia de raça no período colonial americano e, especialmente, latino-americano, bem como a sua imbricação no imaginário e nas relações de colonialidade dele decorrentes até os dias atuais, Quijano (2005, p. 227) frisa que:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica: o eurocentrismo.

De acordo com Gomes (2012), Aníbal Quijano nos aguça a compreender melhor a operacionalidade da raça na configuração dos padrões de dominação e de poder-saber produzidos no processo colonial e reconfigurados na globalização capitalista. Quijano apresenta uma dimensão mais profunda da invenção da raça, ele traz para o contexto latino-americano e problematiza que, antes mesmo de se consolidar como um conceito da ciência, a raça foi sendo formulada como uma ideia, uma representação social e, portanto, uma forma de classificação social imbricada nas estratégias de poder colonial. Esta noção foi se tornando um instrumento de poder econômico, político, cultural, epistemológico e até pedagógico. “Se a lógica do pensamento abissal é tornar os outros inexistentes e inferiores, a lógica desses outros é conquistar o seu lugar de existência. Esta pode ser considerada como uma das características do movimento negro em relação à questão étnico-racial no Brasil” (Gomes, 2012, p.723).

A educação como um projeto emancipatório possível e o Movimento Negro um interlocutor entre os saberes da população negra e os conhecimentos educacionais possibilitam tencionar a estrutura da escola, da universidade e da ciência historicamente posta (Silva, 2018). Saberes que estão interligados de maneira dinâmica, apesar de suas especificidades: identitários (as políticas de ações afirmativas, recoloca o debate sobre raça no Brasil e a ressignifica). Políticos (o Estado, sobretudo o Ministério da Educação, passam a tematizar sobre as desigualdades étnico-raciais). Estéticos-corpóreos (estética da arte, estética como forma de sentir o mundo, como forma de viver o corpo).(Gomes,2017).

Referências

- Gomes, N.L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, 33(120), 727-744.
- INEP (2018) Censos Nacionales 2017: XII de Población, VII de Vivienda y III de Comunidades. Recuperado em 24 mai 2019, de https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1539/libro.pdf.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Recuperado em 20 jan 2019 , de http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

- Santos, B.S. (Org.) (2004). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez.
- Silva, M. F. (2018). Pensamento abissal, educação e movimento negro. Educar em Revista, 34(69), 349-355.



Marcos Antonio Batista da Silva

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, Portugal, onde integra o projeto Politics. Este trabalho resulta do projeto de investigação POLITICS - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas. Este projeto recebe financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia, Horizonte 2020 (acordo de subvenção nº ERC-2016-COG-725402).



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra - Alta e Sofia inscrita na Lista do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Moçambique: les riches misérables (?)

AN Original - Alice Comenta

2019-05-28

Por Teresa Cunha

O actual modelo de desenvolvimento global tem vindo a impor ao continente africano a extracção intensiva e a expropriação violenta de todo o tipo de recursos: minerais, de pesca, madeiras, energéticos, trabalho, agricultura, e até, de arte. Isto tem significado, nas últimas décadas, mais guerras, mais empobrecimento das populações e territórios e uma transferência maciça de riqueza para os países ricos do norte global. Este modelo além de provocar desequilíbrios sociais extremos, tem vindo a gerar danos irreparáveis na biodiversidade, a acentuar a emergência de catástrofes naturais e humanitárias e, com tudo isso, coloca em risco de desaparecimento muitos modos de vida, conhecimentos e tecnologias que têm mantido a vida de muitas maneiras e nas mais variadas formas. Em meu entendimento estamos perante uma nova fase do colonialismo que perpetua aquele que, no século XV, iniciou a expropriação com base na divisão ontológica do mundo. Agora, como dantes, podemos distinguir que de um lado da linha estão as novas metrópoles para onde são canalizadas as riquezas e acumulação de capital domina; e, do outro lado da linha, estão as colónias, fornecedoras de corpos subjugados pelo empobrecimento e pela máxima exploração do seu trabalho. Moçambique não é excepção.



Moçambique insere-se na sub-região da SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e é um país riquíssimo em culturas, línguas, história, recursos minerais energéticos, fauna, flora, memórias, conhecimentos, povoado de miséria e sofrimento.

A presença de corporações que lideram projectos de extracção em Moçambique mostra bem a atracção que os seus recursos exercem sobre o capital transnacional, a saber:

- na área da extracção do carvão em Tete: Anglo American, África do Sul, Eurasian Natural Resources Corporation do Kazaquistão, POSCO Group da Coreia do Sul, Jindal Steel & Power y Midwest Africa Ltd. (MAL) da Índia, Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation do Japão, Talbot Group Investments da Austrália, Ncondezi Coal Mining y Beacon Hill Resources (BHR) do Reino Unido;
- na área do gás e dos hidrocarbonetos em Cabo Delgado: a Anadarko que possui 26.5% do projecto na Área com a participação de sócios como, Mitsui E & P Moçambique do Japão com 20%; ONGC Videsh da Índia, 16%; Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) de Moçambique, 15%; Bharat PetroResources da Índia, 10%; PTT Exploration & Production da Tailândia, 8.5%; e Oil India 4%. Na área estão a ENI East Africa com uma participação de 35.7%; American ExxonMobil com 35.7% y China National Petroleum Corp. com 28.6%. A participação nas áreas restantes é distribuída entre a Korea Gas Corporation (10%), Galp Energia de Portugal (10%) e ENH de Mozambique (10%). Ainda podem ser identificadas outras empresas estrangeiras a trabalhar na bacia do Rovuma como a norueguesa Statoil, a japonesa INPEX y a britânica Tullow Oil (áreas offshore 2 e 5), assim como a francesa Total e a malaia Petronas (áreas offshore 3 e 6).

Cientistas sociais nacionais e estrangeiras/os têm vindo a demonstrar que a opção desenvolvimentista adoptada em Moçambique baseada em mega-projectos extractivistas e de exploração intensiva limita, severamente, a existência e o desenvolvimento de outras cadeias produtivas com base em economias de maior proximidade e de média e pequena dimensão criadoras de emprego e rendimento. Assim, a diversidade económica e as redes produtivas endógenas são drasticamente penalizadas se, não, destruídas.

Por outro lado, o capital financeiro-extractivista realiza actividades muito intensas em termos de capital, mas não tem capacidade de criação de emprego para a maioria da população onde os seus projectos se inserem. Com base nos dados publicados pelo UNCTAD (2012) estima-se que estas actividades económicas representam para o período entre 1992 e 2010 apenas 5% do emprego total disponível enquanto acumulam 70% do capital gerado.



Outras das consequências apontadas é o sobre-endividamento do país já que este tipo de modelo de desenvolvimento económico obriga à requalificação ou à construção permanente de infra-estruturas (estradas, caminhos de ferro, portos, aeroportos) ao serviço dessas mesmas empresas e da sua produção, mas que pouco beneficiam os territórios e as suas populações e a participação estatal nessas empresas. Segundo Banco Mundial o serviço da dívida de Moçambique aumentou de 0,34% do PIB em 2007 para 4,54% em 2016 e a dívida bruta cresceu de 37,5% do PIB em 2011 para 120%, cinco anos depois. Para além da disso, as/os especialistas apontam ainda que esta situação se agrava com a falta de transparência na prestação de contas sobre estes gastos governamentais.

Por outro lado, os incentivos fiscais atribuídos a estas empresas e corporações transnacionais, a operarem no país, mostram que os benefícios esperados, ou seja, os investimentos directos na economia e na sociedade moçambicanas, não estão a acontecer. Antes pelo contrário, o que se tem verificado é uma desarticulação entre a presença maciça de capital estrangeiro e os recursos financeiros do estado para políticas públicas com impacto positivo na vida das pessoas e dos seus territórios.

No período entre 2003 e 2008, o PIB do país cresceu cerca de 55%, mas a percentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza diminuiu apenas 7% ou menos tendo aumentado nas zonas urbanas e em algumas zonas rurais. Ainda que o crescimento económico tenha desacelerado a partir de 2014 e 2016 devido à conjuntura da queda dos preços das commodities ele ainda é considerado notável e acima dos países de alto rendimento. Apesar disso segundo os dados do Banco Mundial (2014) em 2015, 46% das e dos Moçambicanas/os eram pobres, do ponto de vista do consumo, o que equivalia a, pelo menos, 12 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo as políticas públicas de educação, saúde e segurança social têm sofridos cortes orçamentais severos. De facto, hoje em dia as e os moçambicanas/os têm uma percepção aguda de que vivem num país muito rico em recursos naturais apesar da sua miséria concreta e quotidiana. Esta desarticulação entre crescimento económico e melhoria das condições de vida, é entre outras, uma das razões a ter em consideração para compreender a turbulência social e a violência que se vive no país, em particular em províncias do norte do país.



Pesquisas realizadas nos últimos dez anos por associações diversas – Women and Law in Southern Africa, Moçambique (WLSA MZ), Centro Terra Viva (CTV), Centro de Integridade Pública (CIP), Instituto de Estudos Sócio-Económicos (IESE), SEKELEKANI – Comunicação para o Desenvolvimento - KUWUKA JDA, Justiça Ambiental (JÁ), Cruzeiro do Sul – e as actividades de acompanhamento e avaliação conduzidas pela Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique (ITIEM) e pela Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva mostram que o modelo baseado em mega-projectos e o extractivismo intensivo seguido por Moçambique tem provocado a degradação das condições de vida da maioria da população no que respeita à habitação, trabalho, segurança e bem-estar, acesso à terra, água potável, sistemas de saneamento, garantia dos modos de vida e de identidade, vulnerabilidade perante desastres ambientais e poluição assim como tem provocado incessantemente deslocações forçadas o aumento da violência contra as mulheres e as meninas, abandono escolar, prostituição de doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente o HIV/SIDA.

Face a todos estes problemas e desafios, é preciso notar que as resistências e as alternativas estão em marcha e serão o tema da minha próxima reflexão. Mulheres, raparigas e homens moçambicanos afirmam que, apesar da vitimização a que estão sujeitas/os, seguem organizando-se *para não ficarem sozinhas e divididas para contrariar as estratégias divisionistas do governo e das empresas*. E fazem-nos reinventando novas formas de associação e união entre mulheres e homens pela terra e pelos seus meios e modos de vida.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Migrating Rights com Luciana Carmo

AN Original - Migrating Rights

2019-05-25

Por Joana Sousa Ribeiro, Luciana Carmo

Este conteúdo faz parte da série "Direitos Migratórios" para assinalar o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estas contribuições são elaboradas pelo Grupo Inter-Temático sobre Migração (ITM), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Na União Europeia vive-se um momento em que o acumular de crises (económicas, políticas, sociais, ontológicas, epistémicas, distópicas) proporciona o ressurgimento de totalitarismos, de cariz nacionalista e populista. Dessa forma, trai-se a essência que serviu de impulso à constituição de um espaço único transnacional, que desde o início se imaginou ao centro (Santos, 1993), numa ordem internacional sustentada em legados coloniais e, por isso mesmo, descurando possibilidades de (des)aprendizagens mútuas.

As instituições europeias de ensino superior, conscientes do seu papel dinamizador de mobilidades qualificadas, assumem-se como agentes principais num contexto internacional de crescente mercadorização da educação. Contudo, os discursos da mobilidade e da diversidade que sustêm, em parte, o projeto europeu, podem resvalar em pura retórica quando processos de seriação e formas de tratamento desiguais revelam atitudes xenófobas, discriminatórias e de não consagração de direitos.

Interpelámos Luciana Carmo, mestranda em filosofia na Universidade de Coimbra, nascida no Jardim Ângela, periferia da zona sul de São Paulo, e residente em Coimbra, acerca da sua experiência de privação de direitos em diferentes contextos e as suas formas de resistência. Luciana, por sua vez, indagou-nos sobre o modo como dinâmicas sociais excludentes e hierárquicas condicionam, segundo as suas palavras, o "direito de EXISTIR, SER, ESTAR, IR e VIR".

A partir de um caso concreto que acompanhou enquanto dirigente da APEB-Coimbra (Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiro) - a reivindicação do estatuto de igualdade de direitos, plasmado no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta -; Luciana realça como ações de resistência contemplam formas de visibilidade, diálogo e utopias. De fato, para quem, como ela, estuda a resistência política pela arte, pensar em alternativas implicará sempre "trabalhar a imaginação". Sem isso, apenas nos restará um sentimento de exaustão, o `espírito do tempo` que, por estes dias, assola a União Europeia, perdida que está entre os seus princípios fundacionais e a inação política.



Luciana Carmo – Brasileira, é ativista voltada às minorias políticas, poeta, gestora cultural e performance griot. Nascida no Jardim Ângela (SP), frequentou a Universidade Presbiteriana Mackenzie como bolsista PROUNI. Radicada em Portugal, é mestranda em filosofia na Universidade de Coimbra, cidade onde foi presidente da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros 2017/2018 e campeã do SLAM 2017.



Joana Sousa Ribeiro é Investigadora do Centro de Estudos Sociais (do núcleo de investigação NHUMEP - Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz) e doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra – Alta e Sofia inscrita na Lista do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Algumas notas sobre a resistência da educação no Brasil

AN Original

2019-05-23

Por Erick Morris



A Educação Resiste - @amsnu.com.br

Não é à toa que as principais mobilizações de resistência ao governo profascista brasileiro surjam nas universidades e na educação em geral, como no último dia 15 de maio (#15M) em que milhões de pessoas foram às ruas em mais de cem cidades no país contra as políticas do Ministério da Educação (MEC) e contra Bolsonaro, no chamado #TsunamiDaEducação. A educação no Brasil está sob ataque

nunca antes visto. O desgoverno de Bolsonaro colocou-a como inimigo número um da sua gestão, com pedidos oficiais para que fossem filmadas atividades dentro das escolas, ataques diretos às professoras, cortes radicais nas verbas do MEC, estímulo ao projeto de lei “Escola sem partido”, que representa uma perseguição a quem pensa diferente, inclusive com a retirada de filosofia e sociologia do ensino médio agora pretendida também para o ensino superior, e das variações discursivas contra o imaginário “marxismo cultural”, que o filósofo-guru do presidente, Olavo de Carvalho, diz existir em todos os lugares de ensino e contra o qual prega a sua guerra cultural. Na mesma toada, existe uma grande campanha da família presidencial e de seus seguidores contra Paulo Freire, como se todos os problemas sociais e políticos existissem a partir da sua suposta influência na educação brasileira.

O momento atual é de unidade das forças progressistas e democráticas contra os ataques desse projeto ultraliberal e autoritário, que ganhou as eleições sem especificar que programa de governo implementaria, pois baseava-se num sentimento difuso anti-PT e ocorrera na esteira do golpe parlamentar-midiático-judiciário de 2016 que derrubou Dilma, na condenação sem provas de Lula e na sua prisão antes do trânsito em julgado da sentença, e num uso ilegal e massivo das redes sociais com *fakenews*. As consequências têm sido catastróficas, desde a desumana reforma da previdência, a desregulamentação das proteções ambientais, a venda irrestrita do patrimônio público, a subserviência vergonhosa aos Estados Unidos e ao desmonte da pesquisa no país. Lutar pela educação e contra este governo não está relacionado a posicionar-se em favor do partido “a” ou “b”, mas sim com a defesa de um patrimônio construído ao longo de décadas pelo povo brasileiro e que garante uma série de direitos, que deveriam ser ampliados e não recortados.

Projeto de educação no Brasil

A educação no Brasil nunca foi prioridade política, ou melhor dizendo, uma boa educação pública nunca esteve na ordem do dia dos governos, com algumas variações de discurso e ações de maior ou menor impacto midiático. O grande projeto sempre foi uma educação precária e de formação de mão de obra não muito pensante, mesmo nos momentos de maior expansão de universidades, da educação pública e da educação técnica.

O processo de redemocratização da nossa sociedade nos anos 1980 também implicou uma expansão da educação, que passou a ser obrigatória. Vem desse processo um discurso de que “antes tínhamos uma boa educação pública, não o caos atual”. É importante lembrar que a nossa educação pública era para poucos, restrita a setores médios da sociedade, num tempo em que votar era proibido para analfabetxs, algo que simboliza bem a relação da política e a educação ao longo da nossa história.

De 2003 a 2016 tivemos um processo mais acentuado de expansão da nossa educação pública, com a interiorização da universidade pública, ampliação do número de vagas e diversificação do público, com a adoção de políticas afirmativas e de apoio à permanência e criação de dezenas de Institutos Federais Técnicos. É inegável que os governos do PT frearam uma política de desmonte da universidade pública que o país vivia desde o início dos anos 1990, com os sucessivos governos neoliberais e suas respectivas crises econômicas, de Collor a FHC. No governo Lula foram retomados investimentos em pesquisa e na assistência estudantil, ampliadas bolsas de estudo e algumas medidas, tímidas, para descentralizar o orçamento científico do eixo Rio-São Paulo.

É importante destacar que um dos maiores investimentos dos governos Lula e Dilma na criação de vagas no Ensino Superior foi nas instituições privadas, via FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, que chegou a financiar um quarto dos estudantes matriculados nas instituições privadas e alcançou aproximadamente 15% do orçamento do MEC em 2015. Esse subsídio público gerou uma proliferação de universidades/faculdades privadas de qualidade duvidosa, as chamadas jocosamente de “uni-esquinas”, verdadeiras instituições caça niqueis, que serviram para que parte considerável da força de trabalho alcançasse os novos pré-requisitos do mercado e, sobretudo, para criar megaempresários da educação.

No desgoverno Bolsonaro a meta é privatizar universidades e direcionar a pesquisa e o ensino para áreas ligadas ao mercado. Um dos argumentos dados pelo ministro é que o Brasil tem “muitos doutores”, sendo que de acordo com dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nossa proporção de pesquisadores na população é quase a metade da média mundial. Concomitante aos cortes ocorreu um aumento no cadastramento de faculdades privadas no MEC. Detalhe curioso: a vice-presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas é a Elizabeth Guedes, irmã do Ministro da Economia, Paulo Guedes, defensor da privatização do patrimônio público brasileiro. Outra medida que se cogita é a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, que parece encontrar respaldo mesmo em governadores do chamado campo progressista.



A educação sempre mobilizada

Profissionais da educação sempre estiveram mobilizadas por uma educação pública e de qualidade, independente do governo de ocasião e de suas cores partidárias. Claro que algumas entidades tomam partido de governos específicos e isso faz parte do jogo democrático interno das instituições e do país. Há poucos anos acompanhei greves de professoras em São Paulo, contra o governo estadual de Alckmin (PSDB) que tratava as professoras como problema da polícia, reprimindo violentamente o direito de manifestação, como também contra a prefeitura de Haddad (PT), que se recusou a dialogar com as professoras em greve. Menciono esses dois porque foram candidatos à presidência na última eleição pelos partidos que governaram o país de 1995 a 2016, enfatizando que atuar na educação no Brasil tem sido sempre um grande desafio.

As ocupações das milhares de escolas secundaristas e das dezenas de universidades por estudantes em 2016 conseguiram reverter planos de redução de salas de aula em São Paulo, cortes no orçamento federal de educação e manifestar uma posição política contundente contra o golpe e por uma sociedade democrática e participativa. Essas mobilizações são um grande ato pedagógico e formativo, inclusive para as próprias relações dentro dos espaços educativos.

Não é de hoje que a educação brasileira é maltratada, mas está atingindo níveis intoleráveis e a mobilização por uma educação pública e de qualidade é mais importante do que nunca, mas também é preciso ver por onde erramos para direcionar nossas energias na construção de uma sociedade mais democrática socialmente e cognitivamente. Essa luta passa pela disputa das ruas e não pode ser restrita à profissionais do setor, tem de ser de todxs, pois é pelo país e, como diria Paulo Freire, “a educação não transforma o mundo. A educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Por uma Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Laica, Popular e de Qualidade para Todxs!
#30M Segundo Ato pela Educação #14J Greve Geral Contra a Reforma da Previdência



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
**UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.